



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª  
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,  
REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2026.

Presidência do Senhor Deputado Felipe Leitão.

- Presidente -

Senhor Deputado Gilbertinho

- 1º Secretário-

Às dez horas do dia quatorze de abril do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário “Deputado José Mariz”, realizou-se a 14ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Paraíba, sob a presidência do Deputado Felipe Leitão e, secretariando os trabalhos, o Deputado Gilbertinho. Além dos membros acima mencionados, participaram os deputados: Adriano Galdino (REP), André Gadelha (MDB), Caio Roberto (MDB), Camila Toscano (MDB), Chico Mendes (PSB), Chió (PV), Cida Ramos (PT), Danielle do Vale (REP), Del. Wallber Virgolino (PL), Dr. Aledson Moura (PL), Dr. Romualdo (PCdoB), Dra. Jane Panta (PP), Dra. Paula (PP), Eduardo Brito (PSB), Eduardo Carneiro (PP), Fabio Ramalho (MDB), Francisca Motta (REP), Galego Souza (PP), Hervázio Bezerra (MDB), Inácio Falcão (PCdoB), João Gonçalves (PP), João Paulo Segundo (PP), Júnior Araújo (PP), Jutay

Meneses (REP), Luciano Cartaxo (REP), Márcio Roberto (REP), Michel Henrique (PP), Nilson Lacerda (REP), Sargento Neto (PL), Tião Gomes (REP), Tovar (MDB), Tanilson Soares (PP), Wilson Filho (REP). Deixou de participar a Deputada Silvia Benjamin (REP). “Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, o Presidente declarou aberta a presente sessão e solicitou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19. Após a pausa, o Presidente solicitou ao Deputado Sargento Neto a leitura de uma passagem bíblica. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Primeiro-Secretário, o Deputado Gilbertinho, para a leitura do Expediente em Mesa. Na sequência, o Presidente Deputado Felipe Leitão retomou a palavra e solicitou a dispensa da leitura das atas anteriores, bem como da votação da redação final das matérias aprovadas, considerando aprovadas as atas das sessões anteriores e a redação final das referidas matérias. Prosseguindo, o Presidente declarou iniciado o Pequeno Expediente, passando a palavra ao primeiro orador inscrito. O Deputado Sargento Neto saudou a todos os presentes e lamentou a repercussão negativa envolvendo a cidade de Cabedelo, destacando denúncias de irregularidades no processo eleitoral, bem como possíveis interferências externas que teriam comprometido a liberdade do voto. Ressaltou o impacto dessas situações na imagem da cidade, também defendeu a atuação dos órgãos de investigação e da Justiça, manifestando confiança na responsabilização dos envolvidos. Ademais, enfatizou a importância de uma atuação política pautada na legalidade e registrou reconhecimento à expressiva votação obtida por parlamentar em contexto adverso. Em seguida, o Deputado Dr. Romualdo abordou o uso de informações no debate público, ressaltando a importância da correta contextualização de dados sociais e econômicos. Destacou a relevância de obras estruturantes, como a transposição do Rio São Francisco, enfatizando sua contribuição para a segurança hídrica do Nordeste. Ainda mais, defendeu a continuidade de investimentos em integração de bacias hidrográficas e no desenvolvimento regional, bem como mencionou a atuação das instituições de Justiça em situações recentes. Na sequência, o Deputado João Gonçalves comentou o processo eleitoral em Cabedelo, destacando o índice de abstenção e relatando surpresa com operações policiais, bem como decisões judiciais que resultaram no afastamento de gestores, conforme informações divulgadas por órgãos competentes. Diante desse cenário, apresentou entendimento pessoal acerca da adoção de medidas

excepcionais para restabelecimento da normalidade institucional. Por fim, agradeceu a órgãos e gestores pela execução de obra de abastecimento de água na comunidade, destacando avanços na infraestrutura local. Por conseguinte, o Deputado Dr. Aledson Moura manifestou preocupação com os fatos relacionados a Cabedelo, destacando a necessidade de apuração das irregularidades e seus impactos na população. Ademais, ressaltou a importância do fortalecimento das instituições e do combate às práticas ilícitas no âmbito político. Por fim, registrou a atuação do Deputado Del. Wallber Virgolino, que obteve votação expressiva em cenário adverso, também defendeu maior rigor na apuração dos fatos. Em seguida, o Deputado André Gadelha relatou que o caso de abstenção nas últimas eleições em Cabedelo demonstra o repúdio da população por candidatos envolvidos em corrupção. Declarou ainda, que há muitas pendências em todo o estado da Paraíba, a exemplo da falta de água potável. Referiu-se à Operação Crítico oriunda de sérias denúncias de desvio, indagando o secretário por tais esclarecimentos. Criticou, ainda, outras barbáries feitas pelo Tribunal de Justiça, em que favorece candidatos envolvidos em corrupção e outros escândalos. Logo após, o Deputado Luciano Cartaxo referiu-se às eleições de Cabedelo, justificando a grande abstenção eleitoral devido à forte opressão das facções. Questionou o futuro do povo de Cabedelo nas mais diversas áreas, como Educação e Saúde. Relatou que a sociedade de Cabedelo precisa viver com dignidade e declarou que precisam de decisões mais assertivas para resolver essa problemática do tráfico organizado. Na sequência, a Deputada Cida Ramos saudou os companheiros do concurso de Bayeux e da FUNDAC, declarando que será retirada de pauta a medida provisória e garantiu que o Governo irá reenviar tal medida sem os artigos que prejudicam os servidores da FUNDAC. Referiu-se à situação de Cabedelo, destacando seu impacto econômico e histórico de corrupção. Questionou a falta de fiscalização por parte da Polícia Federal e do Ministério Público, também defendeu a intervenção para garantir o futuro da população, com combate ao crime organizado. Afirmou ainda que a insatisfação popular refletiu-se na abstenção eleitoral e concluiu enfatizando a necessidade de soluções para a cidade. Em seguida, o Deputado João Paulo referiu-se à exposição Agro Peixe em Boqueirão, evento que valoriza a cadeia produtiva da região. Registrou sua presença em São Domingos em um evento de inclusão. Declarou ainda que o governador vetou as emendas parlamentares e que é necessário um debate

para resolver essa questão, haja vista que tais emendas já foram comprometidas para alguns prefeitos. Pediu agilidade para solucionar tal problemática. Em seguida, a Deputada Francisca Motta registrou a posse de Nabor Wanderley e elogiou o trabalho do Deputado Federal Hugo Motta, afirmando que Nabor dará continuidade às ações já desenvolvidas. Referiu-se à grandiosidade do evento, bem como à satisfação em receber os Deputados Luciano Cartaxo e Tião Gomes ao partido dos Republicanos. Logo após, o Deputado Wilson Filho pediu a exibição de um vídeo que faz registro de estudantes da rede pública estadual que conseguiram viajar para diversas partes do mundo por meio do “Programa Conexão Mundo”. Exaltou a importância desse programa no impacto positivo gerado na vida de tais estudantes, permitindo um maior conhecimento e abrindo novos horizontes para esses jovens. Finalizou relatando seu orgulho por tal programa de intercâmbio estudantil ser o maior da rede pública do Brasil. Em continuidade, foi à tribuna o Deputado Hervázio Bezerra que parabenizou o Deputado Del. Wallber Virgolino pelo desempenho na cidade de Cabedelo, mencionando a turbulência ocorrida e esperando que a justiça fosse feita. Abordou a mobilidade urbana na Capital e afirmou que o problema da BR-230 deveria ser resolvido, por ser a principal via de deslocamento da cidade. Nesses termos, falou sobre a inauguração parcial da obra e o longo tempo de execução, destacando a necessidade de conclusão. Finalizando, ressaltou que, apesar disso, o trecho liberado havia melhorado parcialmente a mobilidade urbana. Prosseguindo, o Deputado Jutay Menezes saudou a todos e manifestou preocupação com votação no Senado Federal sobre a medida provisória que afetaria as colônias de pescadores, dessa forma, as emendas apresentadas retiravam prerrogativas de representação e prejudicavam a categoria. Disse ainda que não poderiam permanecer calados diante dos prejuízos que causariam aos pescadores e observou que poucos senadores votaram contra a medida. Defendeu, por fim, que o voto fosse aberto ao público para que soubesse quem foi contrário aos seus interesses, também afirmou que permaneceria vigilante para denunciar e evitar decisões prejudiciais aos eleitores. Em continuidade, o Presidente Deputado Adriano Galdino encerrou o Pequeno Expediente e iniciou a Ordem do Dia, passando a palavra ao Primeiro-Secretário, o Deputado Fábio Ramalho, para a leitura dos itens constantes da pauta. Ordem do Dia. 1. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA: - 149/2024 – DO

GOVERNADOR DO ESTADO – Veto Total, por considerar inconstitucional, ao Projeto de Lei Nº 2.092/2024, de autoria da Deputada Cida Ramos, que "Acrescenta o parágrafo único ao art. 1º da Lei Nº 12.869, de 07 de novembro de 2023." RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Em discussão o veto, não houve quem quisesse discutir. Encaminhamento de votação pelo representante da situação, Deputada Danielle do Vale, pela manutenção do veto. Encaminhamento de votação do representante da oposição, Deputado Sargento Neto, pela derrubada do veto. Submetido a votação, o veto foi mantido por maioria com 07 votos sim; 22 votos não; 1 abstenção. Prosseguindo, o Presidente informou que iria abrir novamente o prazo para adequação das emendas, citando valores e posicionamentos do Governo, uma vez que há um entendimento divergente entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Informou ainda que o Governo vetou de forma aleatória, não atentando a vontade de nenhum deputado, desta feita, falou que seria elaborado um decreto para ser aprovado na próxima sessão ordinária com os remanejamentos e, se houvesse vitória, seria aberto prazo para integralizar os valores. Sob tal aspecto, o Deputado Jutay Menezes, ao fazer uso da palavra, expôs particularidade sobre disposições das emendas, ressaltando que os valores não podiam ser mudados e sim os destinatários. O Deputado Adriano Galdino falou que, segundo foi esclarecido pela assessoria, existia na LDO dispositivo, o qual não permitia essa divisão, assim, teriam que fazer de acordo com a legalidade, exemplificando a distribuição de destinatários. A Deputada Danielle do Vale, ao usar a palavra, falou que quando houve o corte não foram respeitados a limitação da porcentagem de saúde, exemplificando o seu caso, e afirmando que iria ficar com um valor reduzido para suas emendas impositivas. O Presidente informou posicionamento do Ministro Gilmar Mendes e que os valores não seriam reduzidos, mas que em tese não seria obrigado a cumprir a questão da saúde. Disse ainda que as dúvidas de todos deveriam ser discutidas com a assessoria e levadas à Secretaria Legislativa para melhores esclarecimentos. A Deputada Cida Ramos, ao se pronunciar, salientou a importância da informação dada pelo Presidente relativo ao rigor dos cinquenta por cento. Veto nº. 151/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Veto Total, por considerar Inconstitucional, ao Projeto de Lei

Nº 1.542/2023, de autoria do Deputado Delegado Wallber Virgolino, que "Institui a política de prevenção e atendimento à gravidez na infância, adolescência e juventude, no âmbito do estado da Paraíba". Razões do Veto: inconstitucionalidade. Parecer da CCJR pela Manutenção do Veto. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Em discussão o veto, não houve quem quisesse discutir. Encaminhamento de votação da vice-líder do governo, Deputada Danielle do Vale, pela manutenção do veto. Encaminhamento de votação do líder da oposição, pela derrubada do veto. Submetido a votação, o veto foi mantido pela maioria com 8 votos sim; 22 não e 2 abstenções. Item 2. MEDIDAS PROVISÓRIAS. Matérias retiradas de pauta a pedido da vice-líder do governo, a Deputada Danielle do Vale. Item 3. PROJETOS DE LEI. Projeto de lei nº. 6.972/2026 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Antes que Aconteça, no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Submetido ao Plenário, o Requerimento de Urgência Urgentíssima para todas as matérias foi aprovado por unanimidade. Designada relatora especial, a Deputada Danielle do Vale apresentou parecer favorável. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, com as emendas apresentadas pela Deputada Dra. Jane Panta e pelo Deputado Michel Henrique. A Deputada Danielle do Vale acatou as duas emendas apresentadas pelos parlamentares. O projeto foi submetido à discussão e votação, e foi aprovado com as emendas por unanimidade. Projeto de lei nº 7.007/2026 – DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Estado da Paraíba. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Requerimento de Urgência Urgentíssima já fora aprovado. Designado relator especial, o Deputado Caio Roberto apresentou parecer pela aprovação, procedendo à leitura do memorando da ANOREG, que destacou o acolhimento de questionamentos levantados anteriormente pelos deputados, informou que, após diálogo com a OAB, ANOREG, Tribunal de Justiça e demais entidades representativas dos cartórios, foram promovidas reformulações nos pontos controvertidos do projeto, ressaltou a garantia de gratuidade para procurações públicas de natureza previdenciária e a manutenção da

gratuidade de casamentos para pessoas em situação de pobreza, também esclareceu que o projeto não implicava aumento nos custos dos casamentos, mas promovia a unificação das cobranças em valor único, buscando padronização e, em alguns casos, redução dos valores atualmente praticados. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e o Deputado Chió manifestou-se contrário ao projeto, destacando preocupação com os altos custos de atas notariais, especialmente para associações de agricultores sem fins lucrativos. Ressaltou que os valores cobrados inviabilizam o funcionamento dessas entidades, dificultando o acesso a recursos e a regularização necessária para recebimento de benefícios. Defendeu maior aprofundamento da matéria e sugeriu a construção de mecanismos de isenção ou redução de custos para entidades que atendem populações mais vulneráveis. O Deputado Júnior Araújo sugeriu a retirada de pauta do projeto para aprofundamento das discussões, ressaltando que a matéria já foi objeto de debates anteriores sem consenso. Criticou a falta de amadurecimento das discussões nas comissões e destacou a relevância do tema por afetar diretamente a população de menor renda. Defendeu maior compromisso no exame da matéria antes de sua deliberação em plenário. A Deputada Cida Ramos apresentou questão de ordem, solicitando a retirada de pauta para ampliação do debate, argumentando que, embora a matéria tenha sido reiteradamente incluída na ordem do dia, não houve discussão suficiente. Ressaltou a demanda recorrente de entidades afetadas e a necessidade de maior aprofundamento antes da votação. O Deputado Júnior Araújo teceu críticas sobre o projeto, uma vez que se tornou polêmico e não há um denominador comum, pois abrange muita gente e com impactos diversos, sugerindo a retirada de pauta. O Presidente Deputado Adriano Galdino indeferiu o pedido de retirada de pauta, esclarecendo que, em razão da aprovação de requerimento de urgência, o Regimento Interno não permite a retirada do projeto, devendo a matéria ser apreciada na sessão. Após tais discussões, os Deputados Jutay Meneses, Chió e Cida Ramos apresentaram emenda de plenário propondo a redução dos valores cobrados, estabelecendo que associações sem fins lucrativos e instituições filantrópicas paguem apenas 20% dos emolumentos previstos na tabela para registro de atas, chapas e alterações estatutárias. Ato contínuo, o Presidente designou o Deputado Jutay Meneses como relator da emenda, que proferiu parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e

votação, sendo aprovado por unanimidade com a emenda. Em seguida, foi colocado em discussão o mérito. O Deputado Júnior Araújo expressou sua opinião contrária, explicou que atualmente já se praticam taxas altas pelos cartórios, justificou que a população será a mais atingida pela nova tabela de valores, principalmente a classe mais pobre, acrescentou ainda que os cartórios são uma classe privilegiada pelas suas arrecadações e serviços. Adiantou que seu voto seria não. Os Deputados André Gadelha e Dr. Romualdo convergiram em opiniões contrárias aos aumentos das taxas praticadas pelos cartórios e declararam voto contrário ao projeto. A Deputada Dra. Jane Panta, em oportunidade, lembrou que este projeto já vem tramitando pela Casa Legislativa por algum tempo, onde seria a oportunidade de vencer o debate e apreciar a matéria, alertando também a respeito das avaliações dos imóveis, as quais são feitas pela Prefeitura e não pelos cartórios. Logo após, a matéria foi submetida à votação, sendo aprovada por maioria, com as emendas apresentadas, obtendo 04 votos contrários e 03 abstenções. PROJETO DE LEI Nº 504/2023 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Dispõe sobre a exigência de laudo médico declarando que o competidor estar apto para a participação em corridas de meia maratona e maratona no estado da Paraíba e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o Deputado Chió como relator especial. Relator emitiu parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O Projeto foi submetido à discussão, os Deputados Del. Wallber Virgolino e Sargento Neto demonstraram preocupação com os atletas, porém expressaram suas opiniões a respeito da inviabilidade, justificaram que seria um transtorno para o sistema de saúde para dar conta de emitir laudo médico para todos os corredores participantes da maratona. A Deputada Dra. Jane Panta se acostou no quesito da preocupação com a saúde dos atletas, porém sugeriu a fiscalização da apresentação dos laudos médicos com pelo menos seis meses de duração, dando assim, a oportunidade do maratonista ter tempo hábil para buscar o atendimento cardiológico necessário para o evento. A Deputada Cida Ramos defendeu a matéria, reforçou a importância da apresentação do laudo médico, objetivando proteger o maratonista e prevenir as mortes súbitas que vem acontecendo nos últimos eventos. O Deputado João Gonçalves sugeriu a retirada da matéria para uma posterior e ampla discussão, envolvendo as classes envolvidas, principalmente os

médicos, especificamente da área de saúde e entre outros. O Deputado Sargento Neto também questionou o projeto. O projeto foi submetido à votação, sendo aprovada por maioria, obtendo 03 votos contrários e 01 abstenção. O Presidente sugeriu a votação em bloco para o plenário, sendo acordado por todos. O Presidente deferiu a inclusão de alguns projetos, especificamente o PROJETO DE LEI Nº 4.707/2025 – DO DEPUTADO DR. ROMUALDO, o PROJETO DE LEI Nº 6.713/2026 – DA DEPUTADA DRA. JANE PANTA, o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 684/2026 – DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO, o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 685/2026 – DO DEPUTADO EDUARDO BRITO, o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 686/2026 – DO DEPUTADO EDUARDO BRITO, o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 687/2026 – DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE, o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 688/2026 – DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE, o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 689/2026 – DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE, REQUERIMENTO Nº 28.941/2026 – DO DEPUTADO DR. ALEDSON MOURA, REQUERIMENTO Nº 28.943/2026 – DO DEPUTADO DR. ALEDSON MOURA. O Presidente definiu que a partir da Ordem do Dia, especificamente do Projeto de Lei de nº 1.320/2023 até o Requerimento nº 28.917/2026, no Item 7, inclusive com as inclusões citadas, serão votadas em bloco. Designado relator especial, a Deputada Cida Ramos apresentou parecer pela aprovação de todas as proposituras. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Não houve destaque pelos líderes. Os projetos foram submetidos à discussão, o Presidente Deputado Adriano Galdino pediu atenção e apoio de todos para o projeto de lei nº 6.382/2026 de sua autoria, explicou o teor da matéria, objetivando a melhor distribuição dos incentivos fiscais para todo o Estado, diminuindo assim a atual concentração em algumas cidades, logo, tratava-se de uma política antiga, a qual descreveu que vem sendo aplicada desde o império. A Deputada Dra. Jane Panta também pediu atenção e apoio dos parlamentares para o projeto de lei nº 6.713/2026, de autoria própria, assim, explicou o objetivo de valorizar a atividade da medicina legal, reforçou a importância e o trabalho dos médicos legistas, também citou a relevância da atuação da categoria para a polícia e demais áreas, mencionando a necessidade de homenagear grandes médicos com nomes de importantes centros da atividade profissional. O Deputado Del. Wallber Virgolino falou um pouco sobre sua experiência como delegado, assim

como seu contato direto com os profissionais da área, também enalteceu a importância do trabalho dos médicos legistas e engrandeceu a valorização feita pelo referido projeto. A Deputada Dra. Paula reforçou a importância da valorização da medicina em geral, ressaltou a relevância dos médicos legistas e sua atuação, frisou a necessidade da perícia ser expressamente feita por estes profissionais e parabenizou a luta da categoria, pedindo também a subscrição do projeto. A Deputada Cida Ramos apoiou sua fala nas palavras dos oradores anteriores a respeito do projeto da Deputada Dra. Jane Panta, parabenizou os profissionais da medicina, assim como os médicos legistas, valorizou toda a categoria, e a respeito do projeto do Deputado Adriano Galdino, sugeriu uma posterior apreciação da matéria, para que se pudesse discutir amplamente com dados e estatísticas financeiras locais, assim como dados mais expressos e claros a respeito da atual distribuição fiscal do Estado. O Deputado André Gadelha expressou a necessidade de ampliação da atuação do Instituto de Medicina Legal, o IML, principalmente nas regiões interioranas do Estado, explicou que muitas vezes ocorre a demora no atendimento do IML desde a remoção do indivíduo, ocasionando exposição desnecessária da população. Sobre o projeto de autoria do Deputado Adriano Galdino, reforçou a importância do teor da matéria, explicou que cada região possui sua potencialidade, além de área forte comercial, necessitando de apoio do governo com os incentivos fiscais, por fim, pediu a sua subscrição no projeto. O Deputado André Gadelha teceu comentários acerca do IML e do Projeto do Presidente Deputado Adriano, por fim, pediu subscrição. O Deputado Dr. Aledson Moura convergiu a opinião a respeito da necessidade da ampliação da atuação do IML em todo o Estado, parabenizou a luta e valorizou todo o trabalho dos médicos legistas, citou algumas demandas de sua cidade, sugerindo o tema da distribuição fiscal para melhorias na região de Princesa Isabel. A Deputada Cida Ramos deu parecer favorável para todas as proposições. Em bloco, as proposições foram submetidas à votação, sendo aprovadas por unanimidade, exceto as proposições dos deputados ausentes. Finalizada a pauta e não havendo mais deliberações, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão. O inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata, após aprovada, será assinada e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba e no Sistema de

Apoio ao Processo Legislativo - SAPL. A presente sessão ordinária registrou-se de forma presencial, João Pessoa-PB, 14 de abril de 2026.



DEP. FELIPE LEITÃO

Presidente



SARGENTO NETO

1º Secretário